

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação Deivson Michel Gomes de Sena, designado(a) por meio da Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório (doc. SEI nº 80841936), e com a respectiva autorização do Secretário Executivo de Administração e Finanças, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a Formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual dos gêneros alimentícios panificáveis: Pão sedinha e Pão doce, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco localizadas nas Regiões da Metropolitana Norte e Recife Norte, nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco como o único órgão participante.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação está agrupado em lotes, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo E), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.4. O lote 2 é de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 6.841.168,67 (seis milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Classificação Funcional Programática: 0108.12.362.0474.2310.0000
0108.12.363.0474.2282.0000
0108.12.368.0474.4538.0000
0108.12.368.0474.4824.2916
0108.12.423.0474.4825.2918

Categoria Econômica/Grupo/Modalidade: 3.3.90

Elemento de Despesa: 3007

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Pessoas Físicas na licitação;

3.4.11. Agricultor Familiar/ Produtor Rural na Licitação

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.
- 6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.
- 6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4.cumprer as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1.nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1.0 Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% do valor estimado máximo do lote a ser disputado.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.
- 9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.
- 9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1.0 resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) tenham a amostra (se exigida durante a fase de julgamento) reprovada, na forma do item 13.17 deste Edital;
- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.10. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º, da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e que comprovem a habilitação técnica e econômico-financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

13.11. Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.

13.11.1. Antes da análise da amostra, o Agente de Contratação analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 14.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.

13.11.2. Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.

13.12. As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no Termo de Referência, com observância das demais regras ali previstas.

13.13. As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no TR.

13.14. Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), o agente de contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.

13.15. Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o agente de contratação retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens 13.5 e 13.11.

13.16. A decisão que aprovar ou reprovar a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema PE- Integrado.

13.17. Poderá ser dispensada da apresentação da amostra a licitante que ofertar material da(s) marca(s) e modelo(s) explicitamente indicado(s) como referência na tabela do objeto deste Termo de Referência, que já foram aprovados pelo órgão contratante e contem com parecer técnico conclusivo em torno da sua adequação para os fins a que se destina a contratação.

13.18. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será

assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.2.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de massas alimentícias e produtos de panificação.

14.4.2.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

14.4.2.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro maior número inteiro.

14.4.2.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.2.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.2.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.2.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.2.8. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento do objeto do presente certame correspondente exclusivamente para o atendimento das unidades de ensino localizadas na Ilha de Fernando de Noronha, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no TR.

14.4.3. Licença de funcionamento do estabelecimento emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

14.5.4. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.5. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas

reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para mais de um lote espelhado com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.3. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para cota reservada e para cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.3.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.4. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.4.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.5. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.6. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado para o lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$

100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2.No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive ETP e Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, data da assinatura eletrônica.

DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA
Agente de Contratação 43

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

SEI Nº 1400005733.000048/2025-19

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1** Formação de registro de preços para fornecimento eventual dos gêneros alimentícios panificáveis: **Pão sedinha e Pão doce**, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco localizadas nas Regiões da Metropolitana Norte e Recife Norte, nos termos da legislação vigente, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.
- 1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/2021.
- 1.3** As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação consta em lote e descritos conforme quadros constantes no Anexo E.
- 1.4** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1.** A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

- 2.2.1** A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

- 2.3.1** A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 2.4.1** A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 - do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

- 2.5.1** De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.
- 2.5.2** Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.
- 2.5.3** Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que o fornecimento de alimentos não requer a conjugação de esforços de empresas para viabilizar a participação no certame. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois a estimativa da contratação encontra-se abaixo do limite indicado do Decreto 12.343, de 30 de dezembro de 2024 para contratação de grande vulto, que modifica o valor do Art. 6º, caput, inciso XXII da Lei 14.133.
- 2.5.4** Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é à medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

- 2.6.1** É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

- 2.7.1** É vedada a participação de pessoa física na presente licitação, uma vez que a sua natureza é incompatível o objeto descrito neste Termo de Referência, que exige capital social ou patrimônio líquido mínimos, estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a sua execução.

2.8 DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

- 2.8.1** É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto da contratação não condiz a atividades de Agricultura Familiar/ Produtor Rural.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) no Anexo E deste Termo de Referência, para a aquisição do objeto deve-se observar as especificações do objeto que constam no anexo A deste Termo de Referência.

3.2 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1 A entrega dos itens será realizada de **forma continuada**, sendo o produto entregue diretamente em cada unidade escolar, em prazo contado da notificação da emissão da ordem de fornecimento, durante o prazo de vigência contratual, de acordo com os quantitativos estimados para cada parcela e previstos nas ordens de fornecimento nos prazos e quantitativos estimados previstos no quadro abaixo.

3.2.2 A data de entrega poderá ser alterada pela contratante mediante prévia e justificada solicitação da contratada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Até 30% do total pedido	Em até 60 dias letivos
2ª	Até 50% do total pedido	Em até 120 dias letivos
3ª	Até 100% do total pedido	Em até 200 dias letivos

3.2.3 Serão emitidas 10 ordens de fornecimentos para os 200 (duzentos) dias de atendimento do ano letivo; a quantidade total solicitada em cada parcela seguirá o percentual estimado conforme quadro acima.

3.2.3.1 Serão emitidas 10 ordens de fornecimentos, cumprindo com 100% da contratação dentro do prazo de vigência contratual, dentro das ordens de fornecimento previstas.

3.2.4 Não há periodicidade pré-definida para emissão das ordens de fornecimento, podendo haver, por exemplo mais de Ordem de Fornecimento por mês. A entrega dos itens será realizada conforme a necessidade da Administração, por meio da emissão de Ordens de Fornecimento, podendo haver espaçamentos irregulares entre as solicitações, em razão de eventuais imprevistos e intempéries que impactem o cronograma letivo.

3.2.5 O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 03 (dias) contados do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.2.6 Os produtos deverão ser entregues diretamente nas Escolas Estaduais, nos endereços constantes no anexo B deste Termo de Referência, uma vez por semana, conforme Ordem de Fornecimento emitida pela SUPAE. A entrega nas escolas deverá ser realizada de segunda a quinta, no horário das 07 (sete) até as 09 (nove) horas da manhã, de segunda-feira a quinta-feira, após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF);

3.2.7 Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.2.8 O objeto será recebido:

- a) **Provisoriamente**, no prazo de até 24 horas, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas nas ordens de fornecimento, com a consequente aceitação, no prazo de até 72 horas, mediante termo circunstanciado, no ato da entrega, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

3.2.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.2.11 A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.12 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 6.841.168,67** (seis milhões e oitocentos e quarenta e um mil e cento e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos), distribuído nos seguintes lotes:

LOTE COTA PRINCIPAL

- a) **Lote 01 – Principal** - Região Metropolitana Norte (Metro Norte e Recife Norte) valor estimado total R\$ 5.130.888,57 cinco milhões e cento e trinta mil e oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos);

LOTE COTA RESERVADA

- b) **Lote 02 – Reservado para Micro e Pequenas Empresas** - Região Metropolitana Norte (Metro Norte e Recife Norte) valor estimado total - R\$ 1.710.280,10 (um milhão e setecentos e dez mil e duzentos e oitenta reais e dez centavos);

4.1.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Classificação Funcional Programática: 0108.12.362.0474.2310.0000

0108.12.363.0474.2282.0000

0108.12.368.0474.4538.0000

0108.12.368.0474.4824.2916

0108.12.423.0474.4825.2918

Categoria Econômica/Grupo/Modalidade: 3.3.90

Elemento de Despesa: 3007

4.3 JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1 No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos lotes forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2 Em consonância com o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, o lote 2 desta licitação será reservado às ME, EPP e MEI. Para tanto, será fixado o percentual de 25% do quantitativo do lote original, uma vez que corresponde ao máximo permitido pela legislação, visando a fomentar a participação dos beneficiários da Lei nº123/2006.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1 O objeto será executado por meio da forma de **FORNECIMENTO CONTINUADO**.

5.1.2 A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que oferece maior competitividade, transparência, publicidade, eficiência, agilidade, economia de recursos, facilidade de acesso e atendimento à legislação, garantindo conformidade legal.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2 DA AMOSTRA

5.2.2.1 Visando realizar análise conclusiva da adequação e conformidade do produto ofertado (a) para o atendimento da necessidade pública, será exigida amostra em virtude de ser critério necessário para avaliar a conformidade do alimento por meio da verificação da ausência ou presença de matérias estranhas à sua composição, visíveis macroscopicamente. Encontra-se pormenorizada em um documento específico, justificativa técnica para exigência de apresentação de amostras no anexo G deste Termo de Referência

5.2.2.2 O prazo definido para sua apresentação, conforme definido no subitem abaixo, é reputado razoável para a entrega da amostra pelo licitante.

5.2.2.3 Havendo o aceite da proposta, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação efetuada pelo Agente de Contratação, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

5.2.2.4 Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

5.2.2.5 A amostra e os laudos deverão ser apresentados no endereço Avenida Afonso Olinense, Nº 1513, Bloco D – Várzea, Recife/PE (Superintendência do Programa de Alimentação Escolar), no horário das 08h às 12h e 14h às 17h, mediante agendamento através dos números (81) 3183-9034 ou (81) 3183-9028 ou e-mail controle.qualidade.gean@adm.educacao.pe.gov.br;

5.2.2.6 Quando a amostra for enviada por via postal, a postagem deverá ser realizada no prazo previsto no item 5.2.2.3. Devendo a licitante comunicar ao pregoeiro a data da postagem.

5.2.2.7 A amostra, deverá obrigatoriamente estar identificado (a) com os seguintes dados:

- a) número do Processo Licitatório;
- b) número correspondente ao(s) item(ns) da licitação para o qual foi exigida a amostra, com sua(s) respectiva(s) descrição(ões);
- c) razão social, endereço completo e número do telefone do licitante;
- d) nome completo e número do telefone do representante do licitante.

5.2.2.8 A amostra consistirá em:

Item I:

- 1) Amostra do produto pão sedinha;
- 2) Ficha técnica do produto pão sedinha.

Item II:

- 1) Amostra do produto pão doce;
- 2) Ficha técnica do produto pão doce.

5.2.2.9 Deverão ser apresentadas amostras para os itens relacionados acima, composta de 02 unidades do produto contendo o mesmo lote/fabricação e validade, devendo ser observados os critérios objetivos na análise, bem como os parâmetros sensoriais conforme os itens 1.1 a 1.6, 2.1 a 2.6 e 3.1 a 3.6 da especificação técnica do produto presente no anexo A deste TR e justificativa Técnica para exigência de amostra.

5.2.2.10 O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto;

5.2.2.11 Será admitida a presença dos demais licitantes na apresentação da amostra, sendo vedada a manifestação escrita ou oral dos licitantes durante este procedimento.

5.2.2.12 Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue;

5.2.2.13 As amostras serão examinadas e avaliadas pelo Setor da equipe técnica da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (SUPAE), sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados;

5.2.2.14 Após a entrega, o Setor da equipe técnica da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (SUPAE), responsável pela análise, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, emitirá parecer técnico de conformidade e com o objeto solicitado, informando expressamente se APROVA ou REPROVA a amostra apresentada;

- 5.2.2.15** No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas;
- 5.2.2.16** Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante;
- 5.2.2.17** No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados;
- 5.2.2.18** Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva da adjudicatária;
- 5.2.2.19** A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva do setor da equipe técnica da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (SUPAE);

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.3.1.1** Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 5.3.1.2** Será considerado compatível em características o fornecimento de massas alimentícias e produtos de panificação.
- 5.3.1.3** Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, **30% (trinta por cento)** das quantidades estimadas na licitação ao lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote;
- 5.3.1.4** Para fins de aferição do percentual mínimo de **30% (trinta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro maior número inteiro.
- 5.3.1.5** Justifica-se o percentual de 30% para fins de comprovação da qualificação técnica no presente lote, cujo objeto consiste na formação de registro de preços para fornecimento eventual de gêneros alimentícios panificáveis (pão sedinha e pão doce) destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco localizadas nas Regiões Metropolitana Norte e Recife Norte, em razão da natureza essencial do objeto, diretamente vinculada à segurança alimentar e nutricional dos estudantes da rede pública estadual. Considerando que os produtos panificáveis são perecíveis, exigem produção contínua, controle rigoroso de qualidade, observância às

normas sanitárias vigentes e logística eficiente para assegurar entregas regulares e adequadas nas unidades escolares, a exigência de comprovação de experiência mínima correspondente a 30% do quantitativo estimado mostra-se medida proporcional e razoável, pois garante que a licitante possua capacidade operacional, técnica e estrutural compatível com parcela significativa do objeto, sem impor restrição indevida à competitividade do certame. O referido percentual equilibra a ampla participação de fornecedores com a necessária mitigação de riscos de descontinuidade, atrasos ou falhas no fornecimento, resguardando o interesse público e assegurando a regular execução contratual.

5.3.1.6 Licença de funcionamento do estabelecimento emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1 Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

5.3.2.2 Comprovação do Patrimônio Líquido OU Capital Social mínimo, correspondente a **10 % (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1 A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, incisos I, II e III o Decreto nº 54.700/2023, visto que não é possível precisar com exatidão o quantitativo a ser adquirido ao longo do ano letivo, tampouco a periodicidade das entregas. Assim, é recomendável que haja Ata de Registro de Preços vigente para o objeto em questão, a possibilitar novas aquisições, caso haja necessidade administrativa. Do mesmo modo, a Administração não ficará vinculada aos quantitativos registrados, de forma que eventual restrição de demanda poderá ser comportada sem a necessidade de aditivos de supressão.

6.2 ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1 A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3 ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1 A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é o único órgão participante deste Registro de Preços;

6.4 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1 Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1 O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO.

6.6.1 Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2 As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3183 – 9052/3183 – 9040 e-mail: elba.cavalcanti@educacao.pe.gov.br para autorização.

6.6.3 A possibilidade de adesão por órgãos não participantes visa promover os princípios da eficiência, economicidade, padronização e racionalização administrativa, permitindo o aproveitamento de procedimentos licitatórios já realizados com observância da legalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

6.6.4 A adesão poderá ocorrer mediante: I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público; II- demonstração de que os valores registrados permanecem compatíveis com os praticados pelo mercado; III- prévia consulta e anuência do órgão gerenciador da ata; IV- aceitação do fornecedor beneficiário da ata; V- observância dos limites quantitativos previstos na legislação vigente e no instrumento convocatório. Conforme artigo 86, §2º da Lei nº 14.133/2021.

6.6.5 A previsão de adesão no presente Termo de Referência mostra-se conveniente e oportuna, especialmente diante da possibilidade de ampliação da eficiência administrativa, redução de custos operacionais e otimização dos processos de contratação pública, desde que preservado o equilíbrio quantitativo da ata e a vantajosidade das contratações dela decorrentes.

6.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1 As obrigações do órgão gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1 As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2 O fornecimento de bens é enquadrado como contínuo tendo em vista que a oferta de gêneros alimentícios básicos é fundamental para a continuidade da oferta da alimentação escolar no estado de Pernambuco, tendo como objetivo o desenvolvimento biopsicossocial do alunado, bem como a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável e garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo, portanto, a sua oferta contínua e inafastável.

7.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1 O Detentor da ATA será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1 As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1 Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

- a. Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, devendo estar em conformidade com as especificações técnicas em anexo (Anexo A), em papel timbrado da empresa produtora, assinada pelo responsável técnico pelo produto, contendo, no mínimo: identificação de cada produto licitado, características do produto, ingredientes dos produtos, identificação do fabricante (Nome, CNPJ, endereço e telefone), prazo de validade do produto, condições de armazenamento, peso líquido e drenado e características da embalagem.

i. Caso a contratada seja apenas representante, deve apresentar a ficha técnica ou declaração emitida pela empresa fabricante do produto, sendo este o documento referencial para toda execução do contrato.

b. Laudo microbiológico e físico-químico emitidos por laboratório qualificado referente ao(s) produto(s), com emissão não superior a 6 (seis) meses da data da convocação, informando o atendimento à legislação vigente à época, à luz do contido nas especificações técnicas do produto (Anexo A do TR) e pertinente ao objeto, bem como informando possuir o alimento analisado condições próprias para o consumo; E Laudo de inspeção sanitária do(s) produto(s) emitido pela Vigilância Sanitária ou órgão competente com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da convocação.

c. Quando convocado para o fornecimento e quando os técnicos da SUPAE julgarem necessário, o fornecedor deverá apresentar os seguintes documentos:

- i. Os laudos microbiológico, microscópico e físico-químico, de todos os itens a serem entregues, emitidos por laboratório qualificado, com emissão não superior a 6 (seis) meses da data da entrega, informando o atendimento do produto em relação às características citadas no Anexo A deste Termo de Referência; E Laudo de inspeção sanitária do(s) produto(s) emitido pela Vigilância Sanitária ou órgão competente com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da entrega.
- ii. Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, devidamente assinada pelo responsável técnico pelo produto.

d. É obrigação do fornecedor arcar com as despesas de frete/embalagem, que deverão estar inclusas no preço proposto e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

e. O fornecedor deverá manter disponível, no interior de cada veículo de entrega, o CERTIFICADO DE VISTORIA, correspondente ao mesmo, o qual deverá ser apresentado ao gestor ou fiscal do contrato sempre que solicitado.

i. O certificado deverá ser emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal onde o veículo esteja cadastrado, em atendimento à Lei 6.437/77 e ao Decreto Estadual nº 20.786, de 10/08/98 (art. 275, caput e §1º e art. 277), que aprova o regulamento do Código Sanitário do Estado de Pernambuco.

7.4.1.1 O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

7.4.1.2 Durante a vigência contratual, cabe ao contratado, quando solicitado:

a) Realizar coleta de amostras nas unidades e enviar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para análise às suas expensas, em laboratório pré-determinado pela APEVISA, em vista da avaliação da Vigilância Sanitária Estadual, conforme previsto na Resolução/CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, art. 40;

- b) Para fins de dispensa da coleta de amostras, em respeito aos termos da Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 01 de julho de 2022, considera-se a que aplicabilidade dos critérios amostrais ficam restritos aos alimentos aparentemente conformes, uma vez que alimentos com sinais visíveis de deterioração não são próprios para o consumo e sua qualidade é inaceitável, independente de atender ou não ao padrão microbiológico estabelecido.

7.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.2 As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

7.6. DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. É permitida a subcontratação de parcela do objeto do presente certame correspondente **exclusivamente para o atendimento das unidades de ensino localizadas na Ilha de Fernando de Noronha**, sob a gerência da GRE Recife Norte, tendo em vista que se trata de aspectos técnicos específicos do serviço, até o limite de 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.6.2. Tal permissão se fundamenta na perecibilidade do gênero alimentício: pão sedinha e pão doce e nas particularidades logísticas e operacionais inerentes ao arquipélago de Fernando de Noronha, tendo em vista que se trata de localidade insular com condições de acesso características. Essas circunstâncias podem impactar diretamente a cadeia de suprimentos, especialmente no que se refere a gêneros alimentícios perecíveis, como o pão, que exige entrega semanal, conforme descrito no item 3.2.6, sob pena de comprometimento da qualidade sensorial, e higiênico-sanitário, da segurança alimentar e do atendimento às demandas das unidades escolares instaladas no arquipélago. Deste modo, a subcontratação para atendimento exclusivamente das unidades de ensino localizadas na Ilha de Fernando de Noronha visa permitir o aproveitamento de fornecedores locais ou regionais com expertise específica e viabilizar soluções logísticas mais eficientes, no cenário no qual a execução direta integral pelo contratado principal se mostrar excessivamente onerosa ou vulnerável a falhas operacionais que possam levar à descontinuidade do fornecimento das referidas unidades.

7.6.3. São requeridas as seguintes condições para a subcontratação:

7.6.3.1. A contratada deverá solicitar autorização para subcontratação à Contratante por meio de documento oficial, acompanhado de documentação que comprove a capacidade técnica, operacional e higiênico-sanitária do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.6.3.2. A documentação do subcontratado deverá atender ao solicitado nos itens 5.3.1 e 5.3.2.

- 7.6.3.3.** A documentação do subcontratado deverá atender aos requisitos amostrais contidos no item 5.2.2 para análise do setor da equipe técnica da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (SUPAE).
- 7.6.3.4.** Caberá à Contratante analisar a documentação apresentada, emitir parecer técnico permitindo ou indeferindo a subcontratação, caso em que deverá expor os motivos para a autorização ou indeferimento. A subcontratação será condicionada a prévia anuência formal da secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
- 7.6.3.5.** É obrigação do Contratado replicar ao subcontratado integralmente todas as exigências técnicas, operacionais e higiênico-sanitárias previstas neste Termo de referência, nos demais documentos editalícios e contrato.
- 7.6.3.6.** O subcontratado sujeitar-se-á, ainda que de forma indireta, às mesmas condições de execução do objeto previstas neste Termo de Referência, nos demais documentos editalícios e contrato.
- 7.6.3.7.** O subcontratado deverá seguir as especificações técnicas contidas no Anexo A deste Termo de referência.
- 7.6.3.8.** A Contratante reserva o direito de fiscalizar o subcontratado diretamente.
- 7.6.3.9.** O contratado estará sujeito às sanções e penalidades conforme item 9 deste Termo de referência e demais documentos editalícios, em caso de descumprimento do subcontratado.
- 7.6.3.10.** A contratada permanece integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais.

7.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.7.1** As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.
- 7.7.2** A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail elba.cavalcanti@educacao.pe.gov.br/ e ccpae@adm.educacao.pe.gov.br, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta, ou mediante comunicação através dos números (81) 3183 – 9040/3183 – 9028, sem prejuízo de outros meios disponíveis.
- 7.7.3** A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Avenida Afonso Olindense, Nº 1513, Bloco D – Várzea, Recife/PE (Superintendência do Programa de Alimentação Escolar).
- 7.7.4** A Gestão do contrato ficará a cargo do Gestor de Administração dos Contratos.

7.7.5 A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Gerente de Alimentação e Nutrição.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1 As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3 DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Especificações Técnicas do Produto
Anexo B – Modelo de ordem de fornecimento
Anexo C – Modelo de proposta
Anexo D – Relação das escolas/Técnico subsequente
Anexo E - Quadro Resumo
Anexo F - Estudo Técnico Preliminar/ETP
Anexo G - Justificativa Técnica para exigência da apresentação de amostra.

Recife, data de assinatura do SEI.

Paula Darling Conceição da Silva
Superintendente do Programa de Alimentação Escolar
Matrícula: 455.854-5

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em [03/06/2025](#)), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em [21/01/2025](#)) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em [12/06/2024](#)).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD

27/06/2025

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO

1. PÃO SEDINHA

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Pão sedinha é o produto obtido do processo de cocção de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento, sal, margarina e adicionada de líquido, podendo conter outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto.

O produto deverá obedecer à legislação vigente, especialmente a **Resolução DC/ANVISA/MS nº 711, de 1º de julho de 2022**.

1.2. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

1.2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos, em perfeito estado de conservação e sem farelo de qualquer espécie. Será rejeitado o pão queimado ou malcozido e de caracteres organolépticos inadequados.

Ademais, segue considerações sobre o descrito acima:

Cor: não apresentar aspecto de queimado, escurecimento excessivo ou aparência de produto mal cozido.

Aroma: apresentar aroma característico de pão fresco, sem indícios de deterioração ou aromas decorrentes de cocção inadequada.

Odor: não apresentar cheiro de queimado, fermentação inadequada ou odores estranhos associados à má conservação.

Sabor: não apresentar sabor de queimado, cru/mal cozido ou quaisquer alterações que indiquem caracteres organolépticos inadequados.

Textura: apresentar textura própria do produto, isenta de matérias terrosas, parasitos, excesso de farelo e sinais de cocção inadequada.

1.2.2. LAUDO BROMATOLÓGICO

O laudo bromatológico fica adotado como objeto indispensável para a análise laboratorial dos aspectos microbiológicos para quando os parâmetros comerciais apresentarem-se sem qualquer violabilidade, ou seja, microbiologicamente estáveis à temperatura ambiente (sem estufamento, vazamento ou deformação da embalagem, bem como alterações das características organolépticas ou alteração significativa de pH

1.2.3. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS

Deve estar de acordo com a legislação vigente, sobretudo, ao que diz respeito à Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 1º de julho de 2022, Resolução DC/ANVISA/MS nº 724, de 1º de julho de 2022 e Resolução DC/ANVISA/MS nº 711, de 1º de julho de 2022:

Categoria específica	Micro-organismo/ Toxina/Metabólito	n	c	m	M
CEREAIS, FARINHAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO d) Pães, bolos, bolachas, biscoitos e outros produtos de panificação, estáveis à temperatura ambiente	<i>Salmonella</i> /25g	5	0	Ausente	-
	<i>B. cereus</i> presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³
	<i>Estafilococos</i> <i>coagulase</i> positiva/g, somente para alimentos com recheio	5	1	10 ²	10 ³
	<i>Escherichia coli</i> /g	5	2	10	10 ²
	Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴

Determinações analíticas de outros micro-organismos, suas toxinas ou metabólitos, não previstos na Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 1º de julho de 2022, podem ser realizadas para a obtenção de dados adicionais sobre a adequação dos processos produtivos e a inocuidade do alimento.

1.2.4. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Conforme regulamenta Resolução - RDC Nº 778, de 1º de março de 2023 e anexo da Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, o produto deve ser contido de no máximo 1000 miligramas (mg) de propionato de cálcio por cada quilo (Kg) de farinha.

1.3. PRAZO DE FABRICAÇÃO

O produto deverá ser entregue com prazo máximo de um dia da data de fabricação.

1.4. PRAZO DE VALIDADE

O produto deverá ter validade máxima de três dias contados a partir da data de fabricação.

1.5. EMBALAGEM

A embalagem primária do produto deverá ser do tipo saco plástico transparente resistente e com fechamento termosoldável ou lacre inviolável, vedando hermeticamente, de maneira a garantir a manutenção da qualidade do produto. Cada embalagem deverá apresentar até 10 unidades de pães de 50g, totalizando 500g.

Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

1.6. ROTULAGEM

O produto deverá ser rotulado de acordo com a **Resolução DC/ANVISA/MS nº 727, de 1º de julho de 2022, Resolução DC/ANVISA/MS nº 75, de 8 de outubro de 2020 e Resolução DC/ANVISA/MS 429, de 08 de outubro de 2020.**

No rótulo da embalagem primária deverá constar principalmente, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

- I. Denominação de venda;
- II. Lista de ingredientes;
- III. Advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares;
- IV. Advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares;
- V. Nova fórmula, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 421, de 1º de setembro de 2020, ou outra que lhe vier a substituir;
- VI. Rotulagem nutricional;
- VII. Conteúdo líquido;
- VIII. Identificação da origem;
- IX. Identificação do lote;
- X. Prazo de validade;
- XI. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário;
- XII. Outras informações exigidas por normas específicas;

Em área não inferior a **15% (quinze por cento)** das rotulagens, contida na embalagem primária do produto, de modo visível, legível e indelével, com letras em cor contrastante, constará a expressão:

ESTE PRODUTO É DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SENDO EXPRESSAMENTE PROIBIDA A SUA COMERCIALIZAÇÃO A QUALQUER TÍTULO.

1.7. VEÍCULOS DE ENTREGA

Os veículos para transporte e entrega dos gêneros alimentícios deverão ser fechados, e em perfeitas condições físicas e higiênico-sanitárias, e em conformidade

com o código de Trânsito Brasileiro. Deverão ainda, possuir **licença específica para transporte de alimentos, emitido pelo órgão de vigilância sanitária municipal ou estadual.**

A cabine do condutor deverá ser isolada da área em que contém os alimentos para a entrega. Não será permitido o transporte de qualquer outro produto junto ao gênero alimentício, e ainda, de alimentos que possibilitem alteração nas características do produto a ser fornecido.

O fornecedor deverá apresentar CERTIFICADO DE VISTORIA emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal onde o veículo esteja cadastrado.

É de responsabilidade do fornecedor ter um acompanhante, devidamente uniformizado (sapatos fechados e boné), para o transporte dos produtos até o depósito da escola.

2. PÃO DOCE COM COBERTURA

2.1. DESCRIÇÕES DO OBJETO

Pão doce com cobertura é o produto obtido do processo de cocção de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, açúcar, margarina e fermento biológico, podendo conter outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto. Seu sabor deve ser doce com adição de açúcar e/ou mel e cobertura nos sabores de creme, goiabada ou coco.

O produto deverá obedecer à legislação vigente, especialmente a **Resolução DC/ANVISA/MS nº 711, de 1º de julho de 2022.**

2.2. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

2.2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos, em perfeito estado de conservação e sem farelo de qualquer espécie. Será rejeitado o pão queimado ou malcozido e de caracteres organolépticos inadequados.

Ademais, segue considerações sobre o descrito acima:

Cor: não apresentar aspecto de queimado, escurecimento excessivo ou aparência de produto mal cozido.

Aroma: apresentar aroma característico de pão fresco, sem indícios de deterioração ou aromas decorrentes de cocção inadequada.

Odor: não apresentar cheiro de queimado, fermentação inadequada ou odores estranhos associados à má conservação.

Sabor: não apresentar sabor de queimado, cru/mal cozido ou quaisquer alterações que indiquem caracteres organolépticos inadequados.

Textura: apresentar textura própria do produto, isenta de matérias terrosas, parasitos, excesso de farelo e sinais de cocção inadequada.

2.2.2. LAUDO BROMATOLÓGICO

O laudo bromatológico fica adotado como objeto indispensável para a análise laboratorial dos aspectos microbiológicos para quando os parâmetros comerciais apresentarem-se sem qualquer violabilidade, ou seja, microbiologicamente estáveis à temperatura ambiente (sem estufamento, vazamento ou deformação da embalagem, bem como alterações das características organolépticas ou alteração significativa de pH).

2.2.3. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS

Deve estar de acordo com a legislação vigente, sobretudo, ao que diz respeito à **Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 1º de julho de 2022, Resolução DC/ANVISA/MS nº 724, de 1º de julho de 2022 e Resolução DC/ANVISA/MS nº 711, de 1º de julho de 2022:**

Categoria específica	Micro-organismo/ Toxina/Metabólito	n	c	m	M
CEREAIS, FARINHAS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO d) Pães, bolos, bolachas, biscoitos e outros produtos de panificação, estáveis à temperatura ambiente	<i>Salmonella</i> /25g	5	0	Ausente	-
	<i>B. cereus</i> presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³
	<i>Estafilococos</i> <i>coagulase</i> positiva/g, somente para alimentos com recheio	5	1	10 ²	10 ³
	<i>Escherichia coli</i> /g	5	2	10	10 ²
	Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴

Determinações analíticas de outros micro-organismos, suas toxinas ou metabólitos, não previstos na Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 1º de julho de 2022, podem ser realizadas para a obtenção de dados adicionais sobre a adequação dos processos produtivos e a inocuidade do alimento.

2.2.4. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

Conforme regulamenta **Resolução - RDC Nº 778, de 1º de março de 2023** e anexo da **Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023**, o produto deve ser contido de no máximo 1000 miligramas (mg) de propionato de cálcio por cada quilo (Kg) de farinha.

2.3. PRAZO DE FABRICAÇÃO

O produto deverá ser entregue com prazo máximo de um dia da data de fabricação.

2.4. PRAZO DE VALIDADE

O produto deverá ter validade máxima de três dias contados a partir da data de fabricação.

2.5. EMBALAGEM

A embalagem primária do produto deverá ser do tipo saco plástico transparente resistente e com fechamento termosoldável ou lacre inviolável, vedando hermeticamente, de maneira a garantir a manutenção da qualidade do produto. Cada embalagem deverá apresentar até 10 unidades de pães de 50g, totalizando 500g.

Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

2.6. ROTULAGEM

O produto deverá ser rotulado de acordo com a **Resolução DC/ANVISA/MS nº 727, de 1º de julho de 2022, Resolução DC/ANVISA/MS nº 75, de 8 de outubro de 2020 e Resolução DC/ANVISA/MS 429, de 08 de outubro de 2020.**

No rótulo da embalagem primária deverá constar principalmente, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

- I. Denominação de venda;
- II. Lista de ingredientes;
- III. Advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares;
- IV. Advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares;
- V. Nova fórmula, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 421, de 1º de setembro de 2020, ou outra que lhe vier a substituir;
- VI. Rotulagem nutricional;
- VII. Conteúdo líquido;
- VIII. Identificação da origem;
- IX. Identificação do lote;
- X. Prazo de validade;
- XI. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário;
- XII. Outras informações exigidas por normas específicas;

Em área não inferior a **15% (quinze por cento)** das rotulagens, contida na embalagem primária do produto de modo visível, legível e indelével, com letras em cor contrastante, constará a expressão:

ESTE PRODUTO É DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SENDO EXPRESSAMENTE PROIBIDA A SUA COMERCIALIZAÇÃO A QUALQUER TÍTULO.

2.7. VEÍCULOS DE ENTREGA

Os veículos para transporte e entrega dos gêneros alimentícios deverão ser fechados, e em perfeitas condições físicas e higiênico-sanitárias, e em conformidade com o código de Trânsito Brasileiro. Deverão ainda, possuir **licença específica para transporte de alimentos, emitido pelo órgão de vigilância sanitária municipal ou estadual.**

A cabine do condutor deverá ser isolada da área em que contém os alimentos para a entrega. Não será permitido o transporte de qualquer outro produto junto ao gênero alimentício, e ainda, de alimentos que possibilitem alteração nas características do produto a ser fornecido.

O fornecedor deverá apresentar CERTIFICADO DE VISTORIA emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal onde o veículo esteja cadastrado.

É de responsabilidade do fornecedor ter um acompanhante, devidamente uniformizado (sapatos fechados e boné), para o transporte dos produtos até o depósito da escola.

ANEXO B

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO C

Modelo de Proposta
(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO D

RELAÇÃO DAS ESCOLAS

LEGENDA	
	Educação infantil (creche e pré-escola)
	Ensino REGULAR
	SEMI INTEGRAL (INTEGRAL 35H - 2 TURNOS)
	INTEGRAL 45H
	EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS (EJA)
	EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS - CAMPO (EJA CAMPO)
	TÉCNICO SUBSEQUENTE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

gre	municipio	c o d i g o - u n i d a d e	escola	l o c a l i z a c a o	an o	fig_e ducac ao_ca mpo	indi gen a	tota l_al uno s_in fant il	to tal_a lu n o s_e d uc ac ao_e sp ec ial	tot al_ ger al_f und am ent al	al un o s - m ed io_r eg ul ar	al un o s - m ed io_n or m al - m ed io	alu nos _m edi o_s emi _int egr al	al un o s - m ed io _i nt egr al	al un o s - m ed io _p ro fis si o na l	a l un o s - t r a v e s s i a - m e d i o	alun os_ eja_ fun dam ent al	alu no s_ eja ca mp oaf	alu no s_ eja ca mp oai	al un o s - e f eja	alu no s_ eja - m edi o	alu nos _ej aca mp oe m	al un o s - pr o eja	alu no s_p roj ca mp ost	al un o s_ e jat ec	tota l_ge ral_ alun os_r ede	educ profi ssinal subs eque nte	
GRE RECIFE NORTE	Fernando de Noronha	2615831	CENTRO INTEGRAD O DE EDUCACA O INFANTIL BEM-ME- QUER	U r b a n a	2024	FALSO	Não	240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	240	0
GRE RECIFE	Recife	261122	COLEGIO DA POLICIA MILITAR	U r b a	2024	FALSO	Não	92	0	887	363	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1342	0

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	26113813	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO FUNDAME NTAL COMPOSIT OR ANTONIO MARIA	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	492	0	14	202	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	708	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	261138330	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO FUNDAME NTAL PROFESSO R CANDIDO PESSOA	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	138	132	0	0	0	0	0	0	0	351	413	0	0	0	0	0	1034	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	26113856	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO PROFESSO R ESTEVAO PINTO	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	377	0	0	0	0	0	0	114	0	0	0	0	491	0
GRE METR OPOL ITAN A	Olinda	261138	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO FUNDAME NTEAL	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	359	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	449	0

[illegible]

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

OPOLITAN A NORT E		16014	A EM ENSINO MEDIO MAESTRO NELSON FERREIRA	bana	24																						
GREMETROPOLITAN A NORT E	Paulista	26116308	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	371	0	0	265	0	0	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	686	0
GREMETROPOLITAN A NORT E	Paulista	26116316	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO PROFESSORA AMARINA SIMOES	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	320	0	0	0	0	0	0	154	0	0	0	0	474	0
GREMETROPOLITAN A NORT E	Paulista	26116324	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO PROFESSOR ARNALDO	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	379	0	0	0	0	0	0	152	0	0	0	0	531	21

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Paulista	2 6 1 1 6 4 1 3	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO RADIALIST A LUIZ QUEIROGA	U r b a n a	2 0 2 4	FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	34 2	0	0	0	0	0	2 9	11 4	0	0	0	0	485	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Paulista	2 6 1 1 6 6 3 4	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO FUNDAME NTAL PROFESSO RA MARIA DO CARMO PINTO RIBEIRO	U r b a n a	2 0 2 4	FALS O	Não	0	0	483	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	560	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Paulista	2 6 1 1 7 0 1 0	ESCOLA ESTADUAL SAO JOSE	U r b a n a	2 0 2 4	FALS O	Não	0	0	208	78	0	0	0	0	0	0	0	2 8	16 3	0	0	0	0	477	0	
GRE METR OPOL ITAN A	Paulista	2 6 1 1 7 0	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO	U r b a n a	2 0 2 4	FALS O	Não	0	0	0	0	0	650	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	650	0	

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE RECIFE NORTE	Recife	261218224	CENTRO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS VALDEMAR DE OLIVEIRA	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	462	565	0	0	0	0	1027	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	261218559	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MÉDIO ANÍBAL FERNANDES	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	163	0	0	0	0	0	0	92	0	0	0	0	255	10
GRE RECIFE NORTE	Recife	261218667	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL CONEGO ROCHAEL DE MEDEIROS	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	528	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	528	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	261218	ESCOLA JOSE MARIA	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	408	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	408	0

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NORTE		2260	FUNDAMENTAL PROFESSOR MOTTA E ALBUQUERQUE	na																						
GRE RECIFE NORTE	Recife	26122278	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO REGUEIRA COSTA	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	222	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	222	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	26122510	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO CLOVIS BEVILAQUA	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	446	0	0	0	0	0	0	340	0	0	0	786	35
GRE RECIFE NORTE	Recife	26122545	ESCOLA DOM CARLOS COELHO - RECIFE	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	328	0	0	0	0	0	0	0	0	46	0	0	0	0	0	374	0
GRE RECIFE	Recife	26122	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	468	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	468	0

[illegible]

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE RECIFE NORTE	Recife	26125650	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO LIONS DE PARNAMIRIM	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	288	0	0	161	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	449	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	26125757	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO PROFESSOR CANDIDO DUARTE	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	264	0	0	0	0	0	0	44	0	0	0	0	308	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	26125781	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO MEDIO SILVA JARDIM	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	0	351	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	351	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	261259	ESCOLA DE REFERENCIA EM ENSINO FUNDAMENTAL MONSENH	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	375	0	0	159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	534	0

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE RECIFE NORTE	Recife	26126133	ESCOLA DE REFERENCIAL EM ENSINO MEDIO DOM VITAL	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	0	0	0	879	0	0	0	0	0	0	0	37	0	0	0	0	916	26
GRE RECIFE NORTE	Recife	26126141	ESCOLA DE REFERENCIAL EM ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO DONA MARIA TERESA CORREA	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	330	75	0	125	0	0	0	0	0	0	0	96	0	0	0	0	626	0
GRE RECIFE NORTE	Recife	26126150	ESCOLA ERUNDINA NEGREIROS DE ARAUJO	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	210	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	269	0	
GRE RECIFE NORTE	Recife	261261	ESCOLA GABRIELA MISTRAL	Urbana	2024	FALSO	Não	0	0	472	0	0	0	0	0	0	0	0	185	0	0	0	0	0	657	0	

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Ilha de Itamaracá	2 6 1 3 4 8 4 7	ESCOLA POETA OLEGARIO MARIANO	R u r a l	2 0 2 4	VERD ADEI RO	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 1 8	11 4	0	0	0	0	432	0	
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Ilha de Itamaracá	2 6 1 3 4 8 5 7	ESCOLA MEDICO RUI DO REGO BARROS	R u r a l	2 0 2 4	VERD ADEI RO	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 7 5	31	0	0	0	0	306	0		
GRE RECIF E NORT E	Recife	2 6 1 3 5 3 9 6	CONSERVA TORIO PERNAMB UCANO DE MUSICA	U r b a n a		FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	2 6 1 3 5 5 5 5	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO ESCRITOR PAULO CAVALCAN TI	U r b a n a	2 0 2 4	FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	13 6	0	0	0	0	0	2 0	12 7	0	0	0	0	283	0

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	26136455	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO MARECHA L FLORIANO PEIXOTO	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	319	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	319	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Olinda	26136460	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO SANTA ANA	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	0	0	0	0	626	0	0	0	0	0	0	72	0	0	0	0	698	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Paulista	26136489	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO MEDIO ESCRITOR JOSE DE ALENCAR	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	0	24	0	0	340	0	0	0	0	0	0	150	0	0	0	0	514	0
GRE METR OPOL ITAN A NORT E	Abreu e Lima	26137149	ESCOLA DE REFERENCI A EM ENSINO FUNDAME NTAL E MEDIO STELA MARIA	U r b a n a	2024	FALS O	Não	0	0	449	0	0	339	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	788	0

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

A autenticidade deste documento poderá ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

		1	UCANO –																						
		4	CEIUP																						

ANEXO E
QUADRO RESUMO

LOTE - COTA PRINCIPAL

1 - Cota principal 1 - LOTE 01 - METRO NORTE E RECIFE NORTE							
ITENS	CÓDIGO E-FISCO	CATMAT	DESCRIÇÃO	U.f.*	Quantidades Estimadas	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	595540 - 8	615255	PAO - TIPO SEDINHA, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA COM ADICAO DE SAL, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, AGUA, SAL E FERMENTO, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS APROVADAS, COM CARACTERISTICAS FISICOQUIMICAS, MICROBIOLOGICAS E MICROSCOPICAS, DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, PESANDO 50GR, ACONDICIONADAS EM SACOS DE POLIETILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE DE FORMA QUE O PRODUTO SEJA ENTREGUE INTEGRO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MAXIMA DE 03 DIAS APOS A DATA DE FABRICACAO.	QUILO	160.173	R\$ 16,09	R\$ 2.577.183,57
2	595541 - 6	460391	PAO DOCE - COM COBERTURA, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA COMPOSTO DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO BIOLOGICO, AGUA E SAL, DE SABOR DOCE, COM ADICAO DE ACUCAR E/OU MEL, MANTGEIGA E GORDURA, COM CARACTERISTICAS FISICOQUIMICAS, MICROBIOLOGICAS E MICROSCOPICAS, DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, PESANDO 50GR, ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIESTILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MAXIMA DE 03 DIAS APOS A DATA DE FABRICACAO.	UND	1.905.750	R\$ 1,34	R\$ 2.553.705,00
VALOR TOTAL							R\$ 5.130.888,57

LOTE - COTA RESERVADA

2 - Cota reservada 1 - LOTE 01 - METRO NORTE E RECIFE NORTE							
ITENS	CÓDIGO E-FISCO	CATMAT	DESCRIÇÃO	U.f.*	Quantidades Estimadas	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	595540 - 8	615255	PAO - TIPO SEDINHA , COMPOSICAO MINIMA DA MASSA COM ADICAO DE SAL, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, AGUA, SAL E FERMENTO, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS APROVADAS, COM CARACTERISTICAS FISICOQUIMICAS, MICROBIOLOGICAS E MICROSCOPICAS, DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, PESANDO 50GR, ACONDICIONADAS EM SACOS DE POLIETILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE DE FORMA QUE O PRODUTO SEJA ENTREGUE INTEGRO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MAXIMA DE 03 DIAS APOS A DATA DE FABRICACAO.	QUILO	53.390	16,09	R\$ 859.045,10
2	595541 - 6	460391	PAO DOCE - COM COBERTURA, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA COMPOSTO DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO BIOLOGICO, AGUA E SAL, DE SABOR DOCE, COM ADICAO DE ACUCAR E/OU MEL, MANTGEIGA E GORDURA, COM CARACTERISTICAS FISICOQUIMICAS, MICROBIOLOGICAS E MICROSCOPICAS, DEVENDO OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, PESANDO 50GR, ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIESTILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MAXIMA DE 03 DIAS APOS A DATA DE FABRICACAO.	UND	635.250	1,34	R\$ 851.235,00
VALOR TOTAL							R\$ 1.710.280,10

ANEXO F ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 1400005733.000048/2025-19

Órgão/Entidade: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Superintendência do Programa de Alimentação Escolar- SUPAE

Responsável: Paula Darling Conceição da Silva

Equipe de planejamento da demanda: SUPAE/CPLAE

Responsável pela equipe de planejamento: Paula Darling C. da Silva

Contato do responsável: Fone (81)3183-9026

E-mail institucional: paula.dcsilva@adm.educacao.pe.gov.br

PREÂMBULO

Conforme preceitua o Art. 7º do Decreto Estadual nº 53.384/2022, este Estudo Técnico preliminar (ETP) visa a elaboração de licitação para aquisição dos produtos panificáveis (**PÃO SEDINHA e PÃO DOCE**), para atender à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Educação de Pernambuco contidas nas **Gerências Regionais de Ensino da Recife Norte e Metropolitana Norte**.

Nesse viés, este estudo possui o fito de subsidiar a elaboração do Termo de Referência, apresentando para tanto soluções com valores estimados em virtude da análise de mercado.

Considerando que se trata de parte preparatória para o processo de interesse público, não havendo necessidade de restrição para publicação, este será inserido como anexo do Termo de Referência para aquisição do produto em questão, como sugere a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012.

Em conformidade com os requisitos obrigatórios elencados nos arts. 6º, 7º e 8º do Decreto Estadual nº 53.384/2022, o presente estudo técnico abordará

nas linhas vindouras, os elementos propostos no referido Decreto, descrevendo assim a real necessidade da contratação, contendo ainda, descrição do problema a ser resolvido e a melhor solução a ser contratada, bem como demais manifestações correlatas.

1. Descrição da necessidade da contratação

A justificativa para aquisição dos produtos panificáveis: PÃO SEDINHA e PÃO DOCE com consequente formalização desta contratação tem por base a necessidade de manter a constância do trabalho realizado pela Superintendência do Programa de Alimentação Escolar (SUPAE) e da Gerência Geral do Programa de Alimentação Escolar (GGPAE) do Estado de Pernambuco, objetivando um atendimento de qualidade e diversificação dos cardápios oferecidos às escolas estaduais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva favorecer o processo de ensino e aprendizagem através da oferta de alimentos que contribuam para o alcance das necessidades nutricionais do alunado, visando, a partir disso, corroborar para o melhor rendimento escolar e a prática de hábitos alimentares saudáveis por parte do alunado, conforme regulamenta a Resolução/CD/FNDE nº 4 de 26 de fevereiro de 2026.

Diante do cálculo nutricional dos cardápios, este realizado pela equipe de nutrição, certifica-se a importância dos nutrientes de cada produto, inclusive dos produtos panificáveis, para atingir os padrões requeridos pelo FNDE, sendo a ausência da oferta desses às unidades escolares desfavorável desde o cumprimento do cardápio, promoção de características organolépticas favorável, até sobretudo, o aporte nutricional planejado.

Tal gênero alimentício, do qual trata este processo é fonte primordial de carboidrato, sendo fundamental para o favorecimento do alcance energético, crescimento saudável do organismo e manutenção de funções a exemplo das funções cerebrais. Além do mais, tem-se a partir da inserção desses produtos no cardápio, a manutenção do hábito e cultura alimentar.

Os gêneros aqui pretendidos já fazem parte da composição nutricional constante no cardápio escolar do Governo do Estado de Pernambuco, o que vem trazendo inúmeros benefícios aos alunos da rede, não só com relação ao alcance nutricional do

alimento em si, mas também quanto à diminuição de evasão escolar, visto que a alimentação garantida nas escolas reduz significativamente a vulnerabilidade social de grande parte da população.

Neste fulcro, é relevante rememorar os índices atingidos após a implementação do cardápio definido por esta Superintendência do Programa de Alimentação Escolar, os quais possuem grande importância na avaliação educacional do IDEB. Em julho de 2025, Pernambuco obteve nota 4,5, ocupando o primeiro lugar entre os estados do Norte e Nordeste e superando a média nacional de 4,3 registrada em 2023.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco dispõe de 01 (um) contrato (348/2025-SEE/PE- SEI 1400005286.000498/2025-19), com vigência em 24 de setembro de 2026 para atendimento da rede estadual nas referidas regionais. Sucede que, em razão da inexistência de Atas de Registro de Preços vigentes disponíveis para suprir a presente demanda e, inexistência de saldo suficiente para o atendimento total da necessidade institucional para o ano letivo de 2026, torna-se notória a necessidade de novas contratações visando a necessidade da garantia da continuidade dos fornecimentos para o ano letivo de 2026 nas referidas regionais.

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

Conforme previsão no Plano Anual de Compras (PCA) e no Plano Orçamentário Anual- POA/2026, através do Documento de Formalização da Demanda nº DFD.2299.SEE/2025, visando a promoção da alimentação saudável nas escolas estaduais bem como a oferta de alimentos variados e de qualidade, faz-se necessária a aquisição dos produtos acima indicados, uma vez que os mesmos fazem parte do hábito alimentar, estando inserido nos cardápios elaborados pela equipe de nutrição da Gerência do Programa de Alimentação Escolar/GEAN/SUPAE, respeitando o disposto na Resolução nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

Nessa toada, conforme estabelece o art. 2º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de Agosto de 2022 e incisos seguintes, a presente demanda encontra-se acompanhada do Documento de Formalização de Demanda- DFD extraído do PE integrado, bem como devidamente incluído no Plano de Contratações Anual –PCA.

3. Descrição dos requisitos da contratação

A presente contratação objetiva o fornecimento dos gêneros alimentícios: **Pão sedinha e Pão doce** aos beneficiários do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (PAE/PE), das Gerências Regionais de Ensino da Recife Norte e Metropolitana Norte,

contemplando a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias para o fornecimento de refeições, assegurando uma alimentação balanceada, dentro dos padrões de segurança alimentar, com as condições higiênico-sanitárias adequadas, conforme previsto nas normas técnicas e sanitárias vigentes.

O fornecedor deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio da apresentação de atestados, documentos e declarações.

Outrossim, o fornecedor deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, segundo disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Destacam-se ainda, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STL/MPOG, bem como a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, no que couber.

Diante disso, são requisitos mínimos necessários à contratação:

a. Os produtos devem atender aos requisitos presentes na Resolução DC/ANVISA/MS nº 711, de 1º de julho de 2022 e Resolução DC/ANVISA/MS nº 778, de 1º de março de 2023, no caso do bolo tipo bacia, atendendo as especificações mínima de qualidade;

b. Os produtos deverão ser rotulados de acordo com a Resolução DC/ANVISA/MS nº 727, de 1º de julho de 2022, Resolução DC/ANVISA/MS nº 75, de 8 de outubro de 2020 e Resolução DC/ANVISA/MS 429, de 08 de outubro de 2020;

c. Exigência de amostra para análise da adequação e conformidade de acordo com as especificações técnicas do produto, para atendimento da necessidade pública.

d. Condição de apresentação da Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, devendo estar em conformidade com as especificações técnicas no Anexo A, contendo, no mínimo: identificação de cada produto, características do produto, ingredientes dos produtos, prazo de validade do produto, condições de armazenamento, peso líquido e drenado e características da embalagem.

e. Apresentação de Laudo microbiológico e físico-químico emitidos por laboratório qualificado referente ao(s) produto(s), com emissão não superior a 6 (seis) meses da data da convocação, informando o atendimento à legislação vigente à época, à luz do contido nas especificações técnicas do produto e pertinente ao objeto, bem como informando possuir o alimento analisado condições próprias para o consumo; E Laudo de inspeção sanitária do(s) estabelecimento(s) emitido pela Vigilância Sanitária ou órgão competente com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da convocação.

f. Disponibilizar no interior de cada veículo de entrega, o CERTIFICADO DE VIS-TORIA, correspondente ao mesmo, o qual deverá ser apresentado ao gestor ou fiscal do contrato sempre que solicitado.

O certificado deverá ser emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal onde o veículo esteja cadastrado, em atendimento à Lei 6.437/77 e ao Decreto Estadual nº 20.786, de 10/08/98 (art. 275, caput e §1º e art. 277), que aprova o regulamento do Código Sanitário do Estado de Pernambuco.

Ademais, além dos requisitos demonstrados anteriormente, é importante considerar o local de recebimento do objeto, para que a solução a ser escolhida não acarrete em quaisquer prejuízos ao acondicionamento dos gêneros. Nesse sentido, a única opção viável para o recebimento do objeto é nas unidades escolares, ensejando em eficiência administrativa e garantia da qualidade do alimento.

4. Levantamento de mercado

A partir da definição da presente demanda, bem como das necessidades para a execução do fornecimento dos objetos do presente estudo e demais requisitos da contratação, é possível definir algumas alternativas possíveis para solução da demanda:

a. Produção dos gêneros nas cozinhas das próprias unidades escolares;

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SE/PE) é um órgão de grande porte, contando com um expressivo contingente de colaboradores. Entretanto, as unidades escolares não dispõem de mão de obra específica para a produção de panificáveis, contando apenas com agentes e supervisores de alimentação escolar, bem como, maquinários e gêneros específicos para realização da produção, razão pela qual torna-se inviável a escolha de tal solução.

b. Substituição do gênero por outro de mesma equivalência nutricional;

Os produtos panificáveis são alimentos ricos em carboidratos, os quais são a principal fonte de energia do corpo. Pode também conter vitaminas do complexo B, como a niacina e o ácido fólico, que são importantes para o metabolismo e para o sistema nervoso. Por serem fontes de açúcares simples e de rápida absorção, auxiliam no processo de aprendizagem e melhora do rendimento escolar, visto que é o principal nutriente do cérebro.

A escolha desse gênero se faz, também, em razão de sua praticidade de consumo e por representar o alimento base na alimentação da população brasileira, como parte da cultura alimentar e pela alta aceitação pelo público alvo.

Nesse sentido, considerando uma breve comparação das condições nutricionais dos gêneros que porventura possam substituir os pães no cardápio escolar, torna-se inviável a escolha da presente solução em razão dos ganhos nutricionais que temos com a manutenção dos itens panificáveis.

c. Soluções utilizadas em outros órgãos para o atendimento da necessidade da administração;

Em pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas, foi identificado como solução para contratação de objetos similares em outros órgãos a mesma proposta aqui apresentada, que seja a contratação por meio de Pregão para Registro de Preços para fornecimento por empresa especializada do ramo, entretanto tal contratação não se assemelha quanto ao vulto da presente contratação, conforme demonstrado no Anexo I deste ETP, sendo, portanto, inviável a escolha da presente solução.

d. Realização de Credenciamento com potenciais contratadas para coleta de contribuições;

Torna-se inviável a realização de credenciamento para os referidos gêneros, uma vez que tal solução demandaria um aumento de servidores para realizar a fiscalização de todos credenciados, envolvendo despesas com aumento de custo de pessoal, além do risco de ocorrer o recebimento de produtos fora da padronização no momento da manipulação dos cardápios, acarretando prejuízo à alimentação escolar, sendo inviável diante da necessidade administrativa ora requerida.

e. Contratação de empresa para o fornecimento dos gêneros;

Além de ser uma escolha que proporciona ganhos de eficiência administrativa, redução de custos em comparação com outros gêneros de mesma equivalência nutricional, economia de tempo, vantajosidade econômica na composição de preços dos insumos utilizados para a produção dos gêneros, de recursos materiais e de pessoal, a escolha da contratação de empresa para o fornecimento do produto final com entrega direta nas unidades escolares se apresenta como a solução mais viável para o atendimento das necessidades desta Secretaria, trazendo maior segurança, padronização e garantia da efetividade do Programa de Alimentação Escolar.

5. Descrição da solução

Visando atender as necessidades públicas atreladas ao desenvolvimento de atividades educacionais, este setor requisitante, diante das soluções expostas acima, opta pela contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos **panificáveis (pão sedinha e pão doce)**, tendo em vista a possibilidade de realizar a centralização das exigências necessárias para a execução do objeto, observando as regras estabelecidas pelo PNAE, somado ao tempo exíguo para a resolução da demanda.

Conforme já mencionado anteriormente, a escolha foi baseada no conhecimento técnico, considerando a realidade atual da SE/PE, no tocante aos processos licitatórios já ocorridos, um dos quais deu origem ao Contrato nº 348/2025SEE/PE, que resultou em uma execução satisfatória.

Além disso, a escolha foi baseada no conhecimento técnico, considerando a realidade atual da Secretaria de Educação de Pernambuco. Portanto, esta Gerência de Alimentação e Nutrição do Programa de Alimentação Escolar (GEAN/SUPAE/GGPAE) entende que a contratação de empresa especializada no fornecimento dos produtos panificáveis é a solução que se mostra mais vantajosa, considerando também a capacidade de atender integralmente às necessidades da Secretaria.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Os quantitativos previstos neste estudo técnico preliminar foram estimados de acordo com as projeções de consumo de cada unidade de ensino, conforme calendário escolar e os 200 dias letivos anuais, a incidência da oferta e cardápios elaborados, bem como quantidade de alunos e refeições servidas diariamente que visam ao atendimento às respectivas unidades de ensino que serão demonstradas a seguir.

Incorpora-se neste cálculo os valores estabelecidos para cada aluno com base no (Sistema de Informações da Educação de Pernambuco- SIEPE, calendário 2024). Importante ressaltar a característica de atendimento da alimentação escolar para cada modalidade de ensino. Para tal, foi considerada a quantidade de alunos, incidências e per capita. Incorpora-se neste cálculo um índice de variação do alunado de 20% sobre o consumo atual e real dos gêneros alimentícios, tendo em vista o crescimento da rede estadual de ensino.

O citado crescimento representa as mais de 100 novas unidades de ensino que serão incorporadas como gestão direta na alimentação, novas escolas em construção, as unidades de ensino com mudança de modalidade ocasionando um aumento de refeições,

bem como um percentual médio de acréscimo anual de alunado, conforme série histórica apresentada abaixo:

VARIÁVEIS	ANO	ALUNADO
	2023	510.613
	2024	525.165
AUMENTO DE ALUNADO (COMPARATIVO 2023 E 2024)	-	14.552
PERCENTUAL DE AUMENTO	-	2,77%
PROJEÇÃO (base no percentual de aumento)	2025	539.712
	2026	554.259

Abaixo segue quantitativo:

LOTE: Região Metropolitana Norte / Recife Norte							
Modalidade de Ensino	Alunos	Pão sedinha - und 50g			Pão doce - und 50g		
		Per capita (Kg)	Incidência anual	Quantidade (Kg)	Per capita (und)	Incidência anual	Quantidade (und)
Integral 45h	21.314	0,05	40	42.628	1	40	852.560
Integral 35h 2T	13.600	0,05	40	27.200	1	40	544.000
Creche/Pré-Escola	332	0,05	30	498	1	10	3.320
Regular	40.795	0,05	30	61.193	1	10	407.950
Quilombola	0	0,05	40	0	1	10	0
Indígena	0	0,05	40	0	1	10	0
EJA	21.471	0,05	30	32.207	1	10	214.710
Técnico Subsequente	9.496	0,05	30	14.244	1	10	94.960
FUNASE	0	0,1	80	0	1	80	0
Total do lote por item				177.969			2.117.500
Índice de variação do alunado (20%)/ anual				35594			423500
Total (anual) com acréscimo				213.563			2.541.000

7. Estimativa do valor da contratação

Foi realizada pesquisa simplificada de mercado (Anexo II) para os preços unitários dos itens.

A partir desta, foi possível *calcular as médias de valores por item assim como o **valor total estimado para a aquisição destes, totalizando o valor

de R\$ 6.151.932,92 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos), conforme demonstra a tabela abaixo:

Gênero alimentício	Valor Unitário 1	Valor unitário 2	Valor unitário 3	Média	Quantitativo Necessário	*Valor total estimado
Pão sedinha	R\$ 9,02	R\$ 14,00	R\$ 9,50	R\$ 10,84	213.563	R\$ 2.315.022,92
Pão doce	R\$ 1,65	R\$ 0,89	R\$ 1,99	R\$ 1,51	2.541.000	R\$ 3.836.910,00
Valor Total						***R\$ 6.151.932,92

**Cálculo do valor total estimado para a aquisição = valor unitário por item x quantitativo necessário do item = valor total estimado para a aquisição do item

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

Neste caso em concreto, a opção pelo agrupamento dos itens em lote único é a mais vantajosa para a Administração, uma vez não oferece risco ao conjunto do objeto pretendido e a fim de se obter economia de escala e maior vantagem na compra do item do mesmo fornecedor, conforme possibilita o art. 40, §3º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Neste sentido, o objeto da licitação está disposto em lote, diante do vulto da contratação e considerando:

- I- a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II- o aproveitamento
- III- o das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;
- IV- e **o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.**

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais apropriado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

Dessa forma, entende-se que a licitação está disposta com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Com base no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº Federal nº 14.133/2021; art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, deve-se levar em consideração as contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar técnica e/ou economicamente nas soluções apresentadas.

Isto posto, sabe-se que a presente contratação se faz necessária diante do contrato vigente com esta SEE não abarcar saldo suficiente para o exercício total do ano letivo de 2026.

Entretanto, as contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal; e as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Desta forma, concluímos que não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. Resultados pretendidos

Pretende-se contratar os itens, com a qualidade, especificações e exigências descritas, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos materiais, recursos humanos e financeiros disponíveis, bem como do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e, desta forma, conferir uma alimentação adequada para os alunos alocados em toda a rede do Estado de Pernambuco, promovendo consequentemente melhorias no desempenho escolar, através de cardápio nutritivo e completo.

Os resultados esperados da contratação visam a um fortalecimento substancial da alimentação escolar, de modo a assegurar que a saúde do discente não apenas se mantenha estável, mas evolua para que possa responder de maneira proativa às atividades educacionais. Essa contratação está intrinsecamente ligada aos objetivos estratégicos do Governo de Pernambuco, que se concentra em promover uma educação digna a todos os alunos da rede, com a garantia dos direitos fundamentais.

Ademais, esta contratação não se limita à manutenção do cardápio escolar disponibilizado pela gestão, mas também se configura como uma condição indispensável para a consolidação das políticas públicas da educação com as demais áreas de governo, potencializando a capacidade do Estado de oferecer serviços acessíveis à população.

Espera-se também, que os resultados decorrentes desta contratação contribuam diretamente para a concretização a alimentação escolar com a economicidade da contratação e a otimização do tempo despendido para a elaboração dos cardápios, resultando em pontualidade na oferta da merenda.

Por fim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”.

11. Providências a serem adotadas

Para adequar o ambiente à contratação dos serviços, é essencial observar alguns aspectos, incluindo a capacitação dos servidores, especialmente daqueles envolvidos na gestão e fiscalização do contrato.

Nessa perspectiva, a gestão deverá atentar à necessidade de programas de capacitação que abranjam os servidores responsáveis pela gestão do contrato, promovendo uma fiscalização mais eficaz, e contribuindo para uma parceria transparente entre a Administração Pública e os prestadores de serviço.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço. Posteriormente, a licitação estando homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas, poderão ser feitas as contratações para aquisição do item licitado.

Além disso, o gestor e fiscal do contrato terão informações quanto ao modelo de contratação, com base nas informações indicadas no presente estudo, bem como no instrumento editalício e seus anexos

12. Possíveis impactos ambientais

A contratada deverá empregar materiais, embalagens e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menor quantidade de resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

Como possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras para a contratação do objeto, temos:

1) **Geração de resíduos sólidos:** o processo de fabricação do gênero pode gerar resíduos orgânicos e de embalagens descartáveis. Recomenda-se implementação de programas de coleta seletiva, promovendo a reciclagem de materiais e o adequado manejo dos resíduos orgânicos a partir de parceria com empresa responsável pelo reaproveitamento e utilização de material reciclável.

2) **Poluição do ambiente:** o processo de produção de panificáveis, por meio de queima de carvão, libera gases tóxicos e fuligens ao meio ambiente, bem como o descarte incorreto de resíduos. Deve-se empregar meio de produção limpa de energia, a exemplo de fornos a gás natural de modo a evitar, também, desperdício de energia e menor geração de resíduos.

13. Posicionamento conclusivo

Diante do exposto neste estudo, a equipe de planejamento declara viável a solução da aquisição desses produtos **panificáveis Pão sedinha e Pão doce**, através do fornecimento por empresa especializada do ramo, sendo estes imprescindíveis para a execução do cardápio oferecido aos estudantes da rede estadual de ensino de Pernambuco. Para tal, faz-se necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que ela possa tomar ciência do ato e das providências cabíveis.

ANEXO I

Edital de Chamamento Público nº 05/2025

[Acessar Contratação](#)

Última atualização: 12/06/2025

Local: Pilar/AL **Órgão:** MUNICÍPIO DE PILAR **Unidade compradora:** 982837 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR - AL
Modalidade da contratação: Credenciamento **Amparo legal:** Lei 14133/2021, Art. 79, I **Tipo:** Edital de Chamamento Público **Modo de disputa:** Não se aplica
Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada
Data de divulgação no PNCP: 02/07/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 02/07/2025 14:20 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 30/06/2025 12:58 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 12200150000128-1-000070/2025 **Fonte:** Bolsa Nacional De Compras - BNC

Objeto:

O CREDENCIAMENTO de interessados NO FORNECIMENTO DE PÃES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, de forma PARCELADA, com VALOR FIXADO POR QUILO, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2	PÃO TIPO SEDA - APRESENTADO EM CASCA LISA, DE COR UNIFORME CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCO CREME. A BASE DE FARINHA DE TRIGO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ISENTO DE GORDURA TRANS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM PESO APROXIMADO APROXIMADO DE 35 A 50G POR UNIDADE.	20500	R\$ 14,00	R\$ 287.000,00
---	--	-------	-----------	----------------

PREÇO POR KG: R\$ 14,00Site: <https://pncp.gov.br/app/editais/12200150000128/2025/70>

Edital nº Processo Licitatório 118/2025

[Acessar Contratação](#)

Última atualização: 07/10/2025

Local: Belém do São Francisco/PE **Órgão:** MUNICÍPIO DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO **Unidade compradora:** 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim
Fonte orçamentária: Não informada
Data de divulgação no PNCP: 07/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 07/10/2025 13:00 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 17/10/2025 13:00 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 10113728000183-3-000045/2025 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A.

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Selecionar Proposta para Obtenção de Registro de Preços, visando a Contratação de empresa especializada para o Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atender os programas CRAS, CREAS, Cozinha Comunitária, Bolsa Família, Criança Feliz, Conselho Tutelar, Coordenadoria da Mulher, Casa dos Conselhos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

124	PÃO PARAHOTDOG/SEDINHA PACOTE COM 400G, VALIDADE MINIMADE 11UMMÊSA CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	128	R\$ 9,50	R\$ 1.216,00
-----	---	-----	----------	--------------

PREÇO POR KG: R\$ 9,50Site: <https://pncp.gov.br/app/editais/10113728000183/2025/45>

PÃO DOCE

INÍCIO / PADARIA / PÃES / PÃO DOCE TRADICIONAL |
PORÇÃO DE 50G | UNIDADE

**PÃO DOCE TRADICIONAL |
PORÇÃO DE 50G | UNIDADE**

INFORMAÇÕES DO PRODUTO:

Produto vendido em porções de 50g, equivalente a 1 unidade.

R\$ 1,65



PREÇO POR UNIDADE: R\$ 1,65

Site: <https://paosantobh.com.br/produto/pao-doce-tradicional-porca-de-50g-unidade/>

Código: 1766

Pão Doce Comum 50G

R\$ 0,89

Comprar

Adicionar à Extra

Adicionar à list.



PREÇO POR UNIDADE: R\$ 0,89

Site: <https://www.extrabom.com.br/p/pa-o-doce-comum-50g/1766/?srsltid=AfmBOooGXci1juZzfFJS3cfXrng76goSsookJZDtUsNUVHVlXkZhCW8t>



Pão Doce Comum 50G
R\$1,99

ADICIONAR

ADICIONAR À LI

PREÇO POR UNIDADE: R\$ 1,99

Site: <https://www.extraplus.com.br/p/pa-o-doce-comum-50g/1766/>

ANEXO G

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Diante da provocação de posicionamento desta área técnica acerca da necessidade de apresentação de amostras para aquisição de gêneros alimentícios a serem adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Gerência de Alimentação e Nutrição, dispõe:

Partindo do pressuposto que os produtos alimentícios a serem adquiridos para assistência ao alunado do PNAE devem atender aos parâmetros sanitários dispostos em legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA conforme mencionado na Resolução FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026;

Considerando, que os alimentos adquiridos devem atender ao que dispõem os dispositivos da referida normativa expressa quanto ao controle de qualidade higiênico-sanitário, aspectos nutricionais e composição de ingredientes, a exemplo dos dispositivos abaixo, os quais expressam:

Art. 19 Para as refeições da alimentação dos estudantes com mais de três anos de idade, recomenda-se no máximo:

I – 7% (sete por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado;

II – 15 a 30% (quinze a trinta por cento) da energia total proveniente de gorduras totais; III – 7% (sete por cento) da energia total proveniente de gordura saturada;

IV – 600 mg (seiscentos miligramas) de sódio ou 1,5 gramas de sal per capita, em período parcial, quando ofertada uma refeição;

V – 800 mg (oitocentos miligramas) de sódio ou 2,0 gramas de sal per capita, em período parcial, quando ofertadas duas refeições;

VI – 1.400 mg (mil e quatrocentos miligramas) de sódio ou 3,5 gramas de sal per capita, em período integral, quando ofertadas três ou mais refeições.

Art. 22 É proibida a utilização de recursos no âmbito do PNAE para aquisição dos seguintes alimentos e bebidas ultraprocessados: refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares, cereais com aditivo ou adoçado, bala e similares, confeito, bombom, chocolate em barra e granulado, biscoito ou bolacha recheada, bolo com cobertura ou recheio, barra de cereal com aditivo ou adoçadas, gelados comestíveis, gelatina, temperos com glutamato monossódico ou sais sódicos, maionese e alimentos em pó ou para reconstituição.

Considerando que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é garantida quando da oferta de uma alimentação adequada e saudável obedecendo os critérios higiênico-sanitários;

Considerando a responsabilidade da Entidade Executora em garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos a serem fornecidos à alimentação escolar;

Faz-se necessária a análise de amostras dos produtos alimentícios para verificar os critérios objetivos definidos nos termos de referência, descritos a seguir:

1. Análise macroscópica

Critério necessário para avaliar a conformidade do alimento por meio da verificação da ausência ou presença de matérias estranhas à sua composição, visíveis macroscopicamente.

Exemplificação dos critérios a serem analisados

Análise macroscópica	Análise da embalagem	Análise da rotulagem	Análise da ficha técnica	Análise dos parâmetros sensoriais
Análise microbiológica	Tipo do material	Identificação do produto, inclusive a marca	Identificação do produto	Cor
Salmonella/25g	Sistema de fechamento	Nome e endereço do fabricante	Ingredientes	Aroma
Escherichia coli/g	Capacidade volumétrica	Lista de ingredientes	Composição	Sabor
Enterobacteriaceae/g	Integridade do material	Conteúdos líquidos	Designação	Textura
Análise físico-química		Data de fabricação	Embalagem	
Percentual de matérias estranhas e impurezas		Data de validade ou prazo máximo para consumo	Parâmetros físico-químicos	
Percentual de umidade		Número do lote	Informações nutricionais	
Percentual de defeitos		Tabela nutricional		
Classificação e tolerâncias				
Grau de maturação				
Composição				

3. Análise da embalagem

Permite avaliar a conformidade do material em contato direto com os alimentos, não devendo apresentar falhas que coloquem em risco a integridade do produto, como contaminação cruzada e modificação das suas características organolépticas (próprias do gênero). Além disso, a embalagem adequada protege o alimento de contaminantes exteriores e sua apropriada conservação até o deslocamento para as escolas. É pertinente destacar que é realizada a análise da embalagem primária e secundária dos alimentos.

4. Análise da rotulagem

Sua análise fundamenta-se na necessidade de garantir que a rotulagem do produto adquirido corresponda as normativas vigentes de rotulagem de alimentos em concordância com as especificações trazidas no Termo de Referência. A verificação das informações nutricionais, consiste em confirmar se o produto está em consonância com a Resolução FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, para assegurar a oferta de alimentos livres de aditivos ou componentes prejudiciais à saúde, como exemplo, do glutamato monossódico, cujo uso é proibido por esse dispositivo.

Ademais, verificamos a conformidade quanto a exigência da tarja específica para alimentos exclusivos do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco.

“ESTE PRODUTO É DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PERNAMBUCO SENDO EXPRESSAMENTE PROIBIDA A SUA COMERCIALIZAÇÃO A QUALQUER TÍTULO”.

5. Análise da ficha técnica

Por se tratar de documento que constam especificações do produto, parâmetros de qualidade, aspectos nutricionais, dentre outras informações pertinentes, é fundamental sua análise e comparativo com os elementos definidos em termo de referência; bem como, referencial dos parâmetros laboratoriais para avaliação criteriosa da amostra, com o objetivo de asseverar a confiabilidade do gênero alimentício a ser ofertado.

6. Análise dos parâmetros sensoriais (cor, aroma, sabor, odor, textura)

É importante enfatizar que cada categoria de alimentos apresenta características típicas quanto aos parâmetros sensoriais e como forma de validar a conformidade dos alimentos, é imprescindível o exame das amostras para certificar o atendimento às especificações descritas no edital.

Tais medidas, em conjunto, são importantes para a conferência da compatibilidade do objeto de licitação com o especificado no instrumento convocatório, pois apenas a especificação do produto não garante que o fornecedor irá entregar um alimento de qualidade com propriedades adequadas para o consumo, devendo, portanto, haver apreciação das amostras.

Outrossim, a verificação dos produtos deve ser um processo contínuo, visto que a indústria alimentícia passa, constantemente, por reformulação de composição de alimentos, acrescentando ou suprimindo ingredientes. Portanto, para garantir uma

alimentação segura a essa população em conformidade com a legislação vigente do PNAE, é preciso análise criteriosa do objeto a ser adquirido.

Sem mais para o momento, esta gerência técnica reitera o compromisso em garantir a oferta, ao alunado, de alimento de qualidade atendendo a todos os parâmetros abarcados pelas legislações de alimentos e normativas do PNAE.

Recife, data da assinatura eletrônica.

Atenciosamente,

Paula Darling C. da Silva

Superintendente

Superintendência do Programa de Alimentação Escolar – SUPAE

Gerência Geral do Programa de Alimentação Escolar – GGPAE

Secretaria Executiva de Administração e Finanças – SEAF

Legislação referencial

- Brasil. Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2020.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 01 de julho de 2022. Estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos. Diário Oficial da União, 2022.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 724, de 01 de julho de 2022. Dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação. Diário Oficial da União, 2022.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 429, de 08 de outubro de 2020 da ANVISA/MS. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Diário Oficial da União, 2020.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 727, de 01 de julho de 2022. Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. Diário Oficial da União, 2022.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 839, de 14 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a comprovação de segurança e a autorização de uso de novos alimentos e novos ingredientes. Diário Oficial da União, 2023.
- Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 295, de 2 de maio de 2024. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares

e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2024.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 306, de 1º de julho de 2024. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2024.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 303, de 28 de maio de 2024. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2024.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 297, de 2 de maio de 2024. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2024.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 286, de 8 de março de 2024. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2024.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 223, de 10 de maio de 2023. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2023.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 221, de 17 de abril de 2023. Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União, 2023.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 160, de 1º de julho de 2022. Estabelece os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos. Diário Oficial da União, 2022.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 722, de 1º de julho de 2022. Dispõe sobre os limites máximos

tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade. Diário Oficial da União, 2022.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 720, de 1º de julho de 2022. Dispõe sobre os requisitos sanitários dos alimentos nutricionalmente modificados. Diário Oficial da União, 2022.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução DC/ANVISA/MS nº 623, de 9 de março de 2022. Dispõe sobre os limites de tolerância para matérias estranhas em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade. Diário Oficial da União, 2022.

· Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 75, de 8 de outubro de 2020. Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Diário Oficial da União, 2020.

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026**

**ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJXXX

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026**

**ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, doravante denominada GERENCIADOR, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão nº 90137.2026, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) DETENTORA(S) DA ATA, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual dos gêneros alimentícios panificáveis: Pão sedinha e Pão doce, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco localizadas nas Regiões da Metropolitana Norte e Recife NortE, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria de Educação, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE						XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1.O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 23/01/2026.

, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4.Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1.A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1.A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1.O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2.Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3.Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4.Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas venceram itens/lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante assinatura de termo de contrato OU retirada da ordem de fornecimento, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3.A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4.O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5.O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.6.Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1.Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7.Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1.O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

9.1.1.Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2.Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

9.1.4.Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5.Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6.Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

9.1.7.Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.1.8.Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

9.1.9.Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1.A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

10.1.1.Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.2.Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

10.1.3.Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

10.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

10.1.5.Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

11.DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

12.2.A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

12.4.Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

13.1.1.não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2.recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3.recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2.A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1.Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2.Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR
DETENTORA DA ATA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90137.2026, PROCESSO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento eventual dos gêneros alimentícios panificáveis: Pão sedinha e Pão doce, visando atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco localizadas nas Regiões da Metropolitana Norte e Recife Norte, conforme especificações técnicas constantes do

Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90137.2026, PROCESSO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE e todos os seus anexos, em especial a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX

XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE						XXXXXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Classificação Funcional Programática: 0108.12.362.0474.2310.0000
0108.12.363.0474.2282.0000
0108.12.368.0474.4538.0000
0108.12.368.0474.4824.2916
0108.12.423.0474.4825.2918

Categoria Econômica/Grupo/Modalidade: 3.3.90
Elemento de Despesa: 3007

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 23/01/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva dela.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do contrato, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.2.6 do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.2, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, nos prazos e quantitativos estimados no quadro abaixo:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Até 30% do total pedido	Em até 60 dias letivos
2ª	Até 50% do total pedido	Em até 120 dias letivos
3ª	Até 100% do total pedido	Em até 200 dias letivos

PARÁGRAFO TERCEIRO: Serão emitidas 10 ordens de fornecimentos para os 200 (duzentos) dias de atendimento do ano letivo; a quantidade total solicitada em cada parcela seguirá o percentual estimado conforme quadro acima.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão emitidas 10 ordens de fornecimentos, cumprindo com 100% da contratação dentro do prazo de vigência contratual, dentro das ordens de fornecimento previstas.

PARÁGRAFO QUINTO: Não há periodicidade pré-definida para emissão das ordens de fornecimento,

podendo haver, por exemplo mais de Ordem de Fornecimento por mês. A entrega dos itens será realizada conforme a necessidade da Administração, por meio da emissão de Ordens de Fornecimento, podendo haver espaçamentos irregulares entre as solicitações, em razão de eventuais imprevistos e intempéries que impactem o cronograma letivo.

PARÁGRAFO SEXTO: O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 03 (dias) contados do prazo total recomendado pelo fabricante.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os produtos deverão ser entregues diretamente nas Escolas Estaduais, nos endereços constantes no anexo B deste Termo de Referência, uma vez por semana, conforme Ordem de Fornecimento emitida pela SUPAE. A entrega nas escolas deverá ser realizada de segunda a quinta, no horário das 07 (sete) até as 09 (nove) horas da manhã, de segunda-feira a quinta-feira, após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF);

PARÁGRAFO OITAVO: Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

PARÁGRAFO NONO: O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, no prazo de até 24 horas, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas nas ordens de fornecimento, com a consequente aceitação, no prazo de até 72 horas, mediante termo circunstanciado, no ato da entrega, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II.Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III.Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV.Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V.Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste CONTRATO;
- VI.Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII.Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;
- VIII.Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX.Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;

X.Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

XI.Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;

XII.Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;

XIII.Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;

XIV.Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV.Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI.Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I.Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;

II.Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III.Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV.Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05(cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do CONTRATO, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V.Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI.Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

VII.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

IX.Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X.Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI.Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação da CONTRATANTE;

XIII.Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à

CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

XIV. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XV. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XVI. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

XX. Apresentar Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, devendo estar em conformidade com as especificações técnicas em anexo (Anexo A), em papel timbrado da empresa produtora, assinada pelo responsável técnico pelo produto, contendo, no mínimo: identificação de cada produto licitado, características do produto, ingredientes dos produtos, identificação do fabricante (Nome, CNPJ, endereço e telefone), prazo de validade do produto, condições de armazenamento, peso líquido e drenado e características da embalagem.

XXI. Caso a contratada seja apenas representante, deve apresentar a ficha técnica ou declaração emitida pela empresa fabricante do produto, sendo este o documento referencial para toda execução do contrato.

XXII. Apresentar Laudo microbiológico e físico-químico emitidos por laboratório qualificado referente ao(s) produto(s), com emissão não superior a 6 (seis) meses da data da convocação, informando o atendimento à legislação vigente à época, à luz do contido nas especificações técnicas do produto (Anexo A do TR) e pertinente ao objeto, bem como informando possuir o alimento analisado condições próprias para o consumo; E Laudo de inspeção sanitária do(s) produto(s) emitido pela Vigilância Sanitária ou órgão competente com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da convocação.

XXIII. Quando convocado para o fornecimento e quando os técnicos da SUPAE julgarem necessário, o fornecedor deverá apresentar os seguintes documentos:

1-Os laudos microbiológico, microscópico e físico-químico, de todos os itens a serem entregues, emitidos por laboratório qualificado, com emissão não superior a 6 (seis) meses da data da entrega, informando o atendimento do produto em relação às características citadas no Anexo A deste Termo de Referência; E Laudo de inspeção sanitária do(s) produto(s) emitido pela Vigilância Sanitária ou órgão competente com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da entrega.

2-Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, devidamente assinada pelo responsável técnico pelo produto.

XXIV. É obrigação do fornecedor arcar com as despesas de frete/embalagem, que deverão estar inclusas no preço proposto e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

XXV. O fornecedor deverá manter disponível, no interior de cada veículo de entrega, o CERTIFICADO DE VISTORIA, correspondente ao mesmo, o qual deverá ser apresentado ao gestor ou fiscal do contrato sempre que solicitado.

O certificado deverá ser emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal onde o veículo esteja cadastrado, em atendimento à Lei 6.437/77 e ao Decreto Estadual nº 20.786, de 10/08/98 (art. 275, caput e §1º e art. 277), que aprova o regulamento do Código Sanitário do Estado de Pernambuco.

XXVI. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

XXVII. Durante a vigência contratual, cabe ao contratado, quando solicitado:

a) Realizar coleta de amostras nas unidades e enviar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para análise às suas expensas, em laboratório pré-determinado pela APEVISA, em vista da avaliação da Vigilância Sanitária Estadual, conforme previsto na Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, art. 40;

b) Para fins de dispensa da coleta de amostras, em respeito aos termos da Instrução Normativa DC/ANVISA/MS nº 161, de 01 de julho de 2022, considera-se a que aplicabilidade dos critérios amostrais ficam restritos aos alimentos aparentemente conformes, uma vez que alimentos com sinais visíveis de deterioração não são próprios para o consumo e sua qualidade é inaceitável, independente de atender ou não ao padrão microbiológico estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa XXXXXX como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do CONTRATO todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- f) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do CONTRATO as ocorrências que possam inviabilizar a execução do CONTRATO nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designa XXXXXX como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do CONTRATO, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do CONTRATO de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do CONTRATO acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do CONTRATO;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do CONTRATO deverá ser recebido pelo fiscal do CONTRATO, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, no prazo de até 24 horas, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 72 horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA

obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a CONTRATADA não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à CONTRATADA será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total ou anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias

úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO.

d) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: parcela do objeto do presente certame correspondente exclusivamente para o atendimento das unidades de ensino localizadas na Ilha de Fernando de Noronha.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe analisar os documentos de capacidade técnica do subcontratado, quando for o caso, e avaliar se ela cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou

civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO SEXTO: São requeridas as seguintes condições para a subcontratação:

- A) A contratada deverá solicitar autorização para subcontratação à Contratante por meio de documento oficial, acompanhado de documentação que comprove a capacidade técnica, operacional e higiênico-sanitária do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- B) A documentação do subcontratado deverá atender ao solicitado nos itens 5.3.1 e 5.3.2.
- C) A documentação do subcontratado deverá atender aos requisitos amostrais contidos no item 5.2.2 para análise do setor da equipe técnica da Superintendência do Programa de Alimentação Escolar de Pernambuco (SUPAE).
- D) Caberá à Contratante analisar a documentação apresentada, emitir parecer técnico permitindo ou indeferindo a subcontratação, caso em que deverá expor os motivos para a autorização ou indeferimento. A subcontratação será condicionada a prévia anuência formal da secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
- E) É obrigação do Contratado replicar ao subcontratado integralmente todas as exigências técnicas, operacionais e higiênico-sanitárias previstas no Termo de referência, nos demais documentos editalícios e contrato.
- F) O subcontratado sujeitar-se-á, ainda que de forma indireta, às mesmas condições de execução do objeto previstas neste Termo de Referência, nos demais documentos editalícios e contrato.
- G) O subcontratado deverá seguir as especificações técnicas contidas no Anexo A do Termo de referência.
- H) A Contratante reserva o direito de fiscalizar o subcontratado diretamente.
- I) O contratado estará sujeito às sanções e penalidades conforme item 9 do Termo de referência e demais documentos editalícios, em caso de descumprimento do subcontratado.
- J) A contratada permanece integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos III e IV do CLÁUSULA NONA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor total do CONTRATO, observado o valor mínimode R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da CLÁUSULA NONA;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela mensal do CONTRATO ou da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I – Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não

dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº:XXXX/AAAA

OBJETO:<objeto do contrato>

CONTRATADA:<nome da contratada>

CNPJ:xxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA:xxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do CONTRATO nºXXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do CONTRATO nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao CONTRATO.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0237.2026.AC-43.PE.0137.SAD.SEE
COMPRAS GOV Nº 90137.2026

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **DEIVSON MICHEL GOMES DE SENA**, Pregoeiro/ Agente de Contratação **43** e matrícula **4593731**, em 14/05/2026, às 15:04.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **6b396c5e-08b5-4746-989f-a7610ace6e58**
